COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.372, DE 2015

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre veículos ciclomotores-leves e ciclomotores-leves elétricos.

Autor: Deputado FAUSTO PINATO

Relator: Deputado CLEBER VERDE

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em exame pretende alterar alguns pontos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para dispor sobre veículos ciclomotores-leves e ciclomotores-leves elétrico. A primeira dessas alterações diz respeito ao art. 24, que trata das competências dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, para incluir entre elas o ato de registrar e licenciar, na forma da legislação, Ciclomotores-Leves, Ciclomotores-Leves Elétricos e Equiparados, nos moldes do que já ocorre com os veículos de tração e propulsão humana e de tração animal.

Como consequência dessa primeira mudança, a proposta pretende acrescentar o art. 129-B no capítulo que trata do registro de veículos, determinando que os veículos Ciclomotores-Leves, Ciclomotores-Leves Elétricos e Equiparados sejam registrados em sistema de cadastro específico dos Municípios, dispensando-se o licenciamento e o emplacamento. Além disso, propõem-se modificações no art. 96, que traz a classificação dos

veículos, para acrescentar, na listagem dos veículos de passageiros, o Ciclomotor-Leve e o Ciclomotor-Leve Elétrico, assim como se incluem os respectivos conceitos no Anexo I do CTB, a saber:

- Ciclomotor-Leve – veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora, com peso inferior a 79 quilogramas, para veículos de duas rodas, e 125 quilogramas, para veículos de três rodas, desprovidos de carenagem original de fábrica.
- Ciclomotor-Leve Elétrico – veículo de duas ou três rodas, provido de motor elétrico cuja potência não exceda a quatro *quilowatts* e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora.

Em sua justificação, o autor argumenta que a recente equiparação dos ciclomotores às mesmas regras de uma motocicleta colocou os chamados ciclomotores leves em uma situação muito desvantajosa. Assim, defende a medida proposta como forma de restabelecer regras coerentes com as características de cada tipo de veículo.

Após o exame desta Comissão de Viação e Transportes, a proposição deverá ser apreciada, em caráter conclusivo e tramitação ordinária, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispunha, em seu art. 24, inciso XVII, ser competência dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no

âmbito de sua circunscrição, “registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações”. O advento da Medida Provisória nº 673, de 2015, convertida na Lei 13.154, do mesmo ano, retirou a menção aos ciclomotores desse dispositivo, transferindo para os Estados a atribuição de registrar os ciclomotores, a exemplo do que já acontece com os demais veículos automotores.

Ocorre que existem os chamados ciclomotores leves, que podem ter motor a combustão ou elétrico, diferenciando-se dos demais pela potência reduzida e baixa velocidade de utilização. Equiparar tais veículos a motocicletas e motonetas, que possuem maior potência e alcançam velocidades mais elevadas, constitui, assim, uma medida insensata e, até mesmo, injusta, pois faz com que todos eles estejam sujeitos aos mesmos impostos e taxas.

A presente iniciativa mostra-se, pois, oportuna, tendo em vista reparar essa situação. Nos termos da proposta, o Município retoma a atribuição de registro e licenciamento dos ciclomotores leves, ficando os demais veículos de duas rodas sob a competência estadual. O texto define ciclomotor leve como o veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna ou de motor elétrico, cuja capacidade, no primeiro caso, não exceda a 50 centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas), com peso inferior a 79 quilogramas, para veículos de duas rodas e 125 quilogramas, para veículos de três rodas. Exige-se, ainda, que sejam desprovidos de carenagem original de fábrica. Na hipótese de motor elétrico, a potência deve ser inferior a quatro quilowatts e a velocidade máxima de fabricação inferior a 50 quilômetros por hora.

Não obstante o acerto da proposta, pequenos problemas de técnica legislativa e de redação impedem sua aprovação tal como se encontra. É o caso, por exemplo, do trecho do conceito de ciclomotor leve, que, ao estipular o peso admissível para o veículo, diz: “(...) e seu peso inferior não

exceda a 79Kg para 2 rodas e 125Kg para três rodas (...)", que pode resultar em falta de precisão para a aplicação da norma.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.372, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CLEBER VERDE
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.372, DE 2015

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre veículos ciclomotores leves e equiparados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o inciso XVII do art. 24 e o Anexo I da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como acrescenta item à alínea “a” do inciso II do art. 96 e novo art. 129-B à mesma norma, para dispor sobre veículos ciclomotores leves, com motor de combustão interna ou elétrico, e equiparados.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – nova redação para o inciso XVII do art. 24:

Art. 24.
XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores leves, com motor de combustão interna ou elétrico, e equiparados, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações. (NR)

II – acréscimo do item 13 à alínea “a” do inciso II do art. 96:

Art. 96.
II –

a)
 13. ciclomotor leve, com motor de combustão interna ou elétrico.
 (NR)

III – acréscimo de art. 129-B:

Art. 129-B. Os veículos ciclomotores leves, com motor a combustão ou elétrico, e equiparados deverão ser registrados em sistema de cadastro específico dos Municípios, dispensado o licenciamento e o emplacamento. (NR)

IV – inclusão das seguintes definições ao Anexo I:

CICLOMOTOR LEVE COM MOTOR A COMBUSTÃO – veículo de duas ou três rodas, provido de motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora, com peso inferior a 79 quilogramas, para veículos de duas rodas, e 125 quilogramas, para veículos de três rodas, desprovidos de carenagem original de fábrica.
 (NR)

CICLOMOTOR LEVE COM MOTOR ELÉTRICO – veículo de duas ou três rodas provido de motor elétrico cuja potência não exceda a quatro *quillowatts* e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora.(NR)

V – revogação da definição de CICLOMOTOR, constante do

Anexo I.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CLEBER VERDE
 Relator